

## PANORAMA – FEVEREIRO / 2015

Na contra mão do noticiário ruim que predominou na agenda do mês, o Ibovespa, principal índice de referência da bolsa brasileira, teve o melhor desempenho do balanço de investimentos do mês de fevereiro. Com alta expressiva de quase 10%, o indicador desbancou as aplicações de renda fixa, que são mais conservadoras, e superou a rentabilidade do dólar e do ouro, que também tiveram altas significativas no mês.

No centro das atenções, mais uma vez a Petrobras: a saída de Graça Foster da presidência da companhia foi comemorada pelo mercado, que precisava que a saída da presidente representava o início das mudanças da gestão da estatal. O Conselho de Administração da companhia surpreendeu o mercado ao escolher Aldemir Bendine, que ocupava até então a presidência do Banco do Brasil. A notícia repercutiu mal entre os agentes econômicos, por interpretar a escolha como uma continuidade da ingerência do governo na estatal, e que sua escolha não forneceria o choque de credibilidade necessário à companhia. Em suas primeiras declarações, Bendine afirmou que fará uma baixa contábil de ativos relacionados à corrupção para mostrar “com clareza e transparência, qual é o número da companhia no momento”. O balanço auditado de 2014 está previsto para ser divulgado até o final de maio. Disse também que irá implementar cortes nos investimentos da estatal e estimular a venda de ativos.

Em meio a troca do comando da estatal, a agência classificadora de riscos Moody's informou o rebaixamento da nota de crédito da Petrobras (Baa3 para Ba2), agora considerada de grau especulativo. A ação reflete a preocupação com as investigações de corrupção, atraso na divulgação do balanço auditado e aumento do endividamento da estatal.

Também fez preço a divulgação do resultado fiscal do setor público consolidado em janeiro, acima do esperado. O setor público consolidado – governos federal, estaduais e municipais e empresas estatais – apresentou superávit primário de R\$ 21,0 bilhões em janeiro, o equivalente a 4,88% do PIB. O resultado é 5,73% maior que o superávit de R\$ 19,9 bilhões em janeiro de 2014. O saldo positivo ocorre após o ano passado fechar com déficit de R\$ 32,5 bilhões. No acumulado de 12 meses, o resultado permanece deficitário em R\$ 31,4 bilhões.

Do lado externo, destaque para o discurso da presidente do Federal Reserve – FED, Janet Yellen, de que não haverá aumentos nas taxas de juros dos EUA nas próximas reuniões do FOMC, o Comitê Federal de Mercado Aberto. Yellen citou a fraqueza no aumento dos salários e a inflação baixa para explicar porque o FED deve ser manter “paciente” antes de realizar um aumento nos juros básicos da maior economia do mundo.

Na zona do Euro, destaque para a divulgação do PIB alemão, com o crescimento da economia impulsionada por uma demanda doméstica mais forte. Dados ajustados sazonalmente confirmaram expectativa preliminar de que o PIB alemão cresceu 0,7% na comparação trimestral entre outubro e dezembro. A demanda doméstica respondeu com 0,5%, enquanto o comércio exterior acrescentou 0,2%. Já as contas públicas apresentaram superávit equivalente a 0,6% do PIB em 2014, e somou € 18 bilhões.

A crise da Grécia manteve-se no radar. A Comissão Europeia e o Banco Central Europeu fecharam acordo que prevê a extensão provisória da ajuda à Grécia, mediante o cumprimento de reformas, como planos de combate a corrupção, evasão fiscal e contrabando de combustível e tabaco.

---

## **Bolsa**

A recuperação da bolsa marcou o mês de fevereiro. O Índice Bovespa, que reúne os principais papéis do mercado, fechou em alta de 9,97%, com a recuperação de papéis importantes como Petrobras e Vale. A alta das ações, porém, não coincide com a perspectiva para a economia do país, que piorou neste mês e levou o mercado a prever uma queda do Produto Interno Bruto (PIB) de 0,5%. Mas o Ibovespa conseguiu pelo menos recuperar as perdas de janeiro e voltar para o azul no ano, com alta de 3,15%.

Também fez preço o anúncio da elevação das alíquotas de Contribuição Previdenciária das empresas sobre receita bruta, que na prática significa a redução da desoneração da folha de pagamentos. Foi mais uma medida que visa o reequilíbrio fiscal, além do anunciado limite de gastos dos órgãos federais com custeio e investimentos, incluindo o Programa de Aceleração do crescimento (PAC), a R\$ 75 bilhões até abril.

Apesar de a medida da desoneração afetar as empresas no curto prazo, o impacto amplo é positivo. Se hoje o principal problema do país e das empresas é a falta de perspectiva de crescimento devido à falta de credibilidade e ao desmazelo fiscal, ações como essas melhoram as perspectivas no longo prazo.

## **Renda Fixa**

No mercado de juros futuros negociados na BM&FBovespa, o mês foi de altos e baixos. As taxas dos DI's deram continuidade ao movimento de avanço observado nas últimas semanas, especialmente nos vértices intermediários e longos. Este movimento esteve ligado à cautela com o cenário doméstico, além do avanço do dólar frente ao real.

Entretanto, nos últimos pregões do mês ocorreu uma reversão da tendência, e a forte queda observada esteve relacionada a melhora do noticiário externo (alívio com Grécia, discurso de Janet Yellen, e medidas fiscais do governo brasileiro).

Ao término da última sessão regular de janeiro na BM&FBovespa, a taxa do DI para janeiro de 2016 indicava 13,03%, ante 12,75% do fechamento de janeiro.

Na contramão, o DI para janeiro de 2017 apontava 12,78%, de 12,47% no ajuste de janeiro. Na contra mão, o DI para janeiro de 2021 tinha taxa de 12,23%, ante 11,89% no fechamento de janeiro.

Dentre os investimentos de renda fixa, que têm sua forma de remuneração definida no momento da aplicação, destaque positivo para as NTN-Bs mais curtas, títulos públicos que pagam uma taxa de juro pré-fixada, mais a variação da inflação, medida pelo IPCA.

As NTN-Bs que se mais se beneficiaram foram aquelas com prazo de vencimento mais curtos. A mais rentável foi a NTN-B com vencimento em maio/2015, que registrou alta de 1,57% no mês.

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT), títulos públicos atrelados à Selic, apresentaram bom resultado no mês, uma vez que a taxa básica se encontra em patamar elevado.

Na família de índices IMA, o IMA-B, que reflete a carteira indexada ao IPCA, apresentou valorização de 0,54%. Enquanto o IMA-B 5, que registra o retorno médio dos títulos de até 5 anos, se destacou e cresceu 1,22%, o IMA-B 5+, carteira de títulos com prazo superior a 5 anos, acelerou apenas 0,17% no mês.

---

Entre os papéis pré-fixados, a carteira de títulos com prazo de até 1 ano (IRF-M 1) valorizou 0,74%, enquanto a com títulos acima de 1 ano (IRF-M 1+) apresentou ganho de 0,03%.

Consolidando os resultados da família de índices IMA, o IMA – Geral apresentou crescimento de 0,45% no mês.

## **Câmbio**

O dólar comercial também foi destaque em fevereiro, com alta de 6,19%. É o sexto mês seguido em que o dólar avança, acumulando valorização de 27,56% no período. No ano de 2015, a alta é de 7,42%.

A moeda americana sobe impulsionada pela piora na confiança na economia brasileira e também pelo cenário externo. O dólar se fortalece diante de outras moedas por conta da fragilidade econômica da Europa e do Japão, que estão injetando bilhões em suas economias, e pelas incertezas com a Rússia e o atoleiro da Ucrânia e com a crise na Grécia, que volta e meia ameaça sair do euro. A melhora da economia americana, que segue crescendo, apesar das dificuldades, impulsiona ainda mais o dólar também no Brasil.

Investidores aguardam agora o anúncio da próxima etapa de rolagem dos swaps cambiais que vencem em abril, equivalentes a US\$ 9,9 bilhões, sob expectativa de que novamente a autoridade monetária reponha integralmente esses swaps. Devem crescer no mercado também os questionamentos sobre o futuro do programa de intervenções diárias, marcado para durar até “pelo menos” o fim de março.

## **Perspectiva**

Na semana de decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) sobre o rumo da Selic, o Relatório de Mercado Focus revela que a mediana das previsões para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2015 passou de uma alta de 7,33% para 7,47%. Há um mês, a mediana das estimativas para o indicador estava em 7 01%. Esta é a nona semana consecutiva em que há alta das previsões para o IPCA deste ano.

A expectativa de que o Banco Central não entregará, portanto, a inflação de 2015 sem estourar o teto da meta de 6,50% também pode ser vista no Top 5 de médio prazo, que é o grupo dos economistas que mais acertam as previsões. Para esses profissionais, a mediana para o IPCA deste ano segue acima da banda superior da meta e passou de 7,12% na semana passada para 7,51%. Quatro semanas atrás, estava em 6,86%.

É no curto prazo que os preços mostram mais descontrole. Depois da alta de 1,24% de janeiro, revelada pelo IBGE, os analistas preveem que o IPCA suba 1,07% em fevereiro - na semana anterior estava em 1,04% e quatro antes, em 1,01%. Para março, é aguardada uma pequena desaceleração da taxa, que deve ser de 0 95%. Na semana anterior, porém, a mediana das previsões estava mais baixa, em 0,79% e um mês antes, em 0,59%.

Este cenário corrobora a revisão do PIB para baixo, pela nona vez consecutiva. Com a deterioração das estimativas para a produção industrial, a mediana das previsões para o PIB em 2015 aprofundou a perspectiva de retração, e passou de 0,50% para 0,58%. Para 2016, as perspectivas seguem um pouco mais otimistas. A previsão de alta de 1,50% foi mantida pela quarta semana consecutiva.

A produção industrial segue como referência para a confecção das previsões para o PIB de 2015 e 2016. No boletim, a mediana das estimativas para o setor manufatureiro revela uma expectativa de queda de 0,72% para este ano, bem maior do que a previsão de baixa de 0,35% vista na semana passada.

---

Neste contexto, mantemos nossa recomendação para a renda fixa, neste momento, no sentido de manter uma carteira posicionada no IMA-B e IMA-Geral em no máximo 40%, redirecionando recursos para o curto prazo, em ativos indexados ao CDI e/ou IRF-M 1.

Na renda variável, nossa recomendação é de manter uma exposição reduzida ao mínimo possível, e aguardar uma melhora nos fundamentos que justifique elevar o risco da carteira no curto/médio prazos.